

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXII



COIMBRA 1997 / 1998
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

**Portugal e a unidade europeia no pós-guerra
(1945-1948):
reacções e tomadas de posição**

ANTÓNIO MARTINS DA SILVA
Universidade de Coimbra

Ao contrário do que se poderia pensar, Portugal não esteve alheio ao movimento de unidade europeia. Não só as notícias são abundantes, ao ponto de podermos reconstituir através da imprensa e da correspondência diplomática o essencial do processo, conforme demonstrámos num outro trabalho¹, como também não se assiste no país passivamente aos acontecimentos internacionais em tomo da unificação europeia. Tomam posição o governo e a opinião pública, embora, de um modo geral, como se irá ver, de uma forma cautelosa e contrária a qualquer esquema de compromisso supranacional ou de eventual conflito com o regime político vigente no país. É o que vamos analisar de seguida.

¹ Ver António Martins da Silva «A ideia de Europa unida no pós-guerra (1945-1948)», in *Revista de Comunicação e Jornalismo*, nº 1 Coimbra, Faculdade de Letras, (em vias de publicação).

As primeiras reacções

Num primeiro tempo, no imediato pós-guerra e até pelo menos ao fim do ano de 1946, não existem tomadas de posição, embora se noticiem os principais factos europeus relativos a declarações e intenções unificadoras. Mas a partir de 1947 manifestam-se intervenções mais ou menos claras e inequívocas sobre as várias questões europeias que a cada momento se vão colocando.

Ainda no rescaldo do discurso de Marshall em Harvard (5/6/47) escreve-se, em editorial do *Diário de Notícias* em 24 de Agosto de 1947, com o sugestivo título «A única Europa», que, no estado de crise em que se encontra e em face dos dois imperialismos em que está entalada - um «anti-europeu», que lhe é espiritualmente hostil, e outro extra-europeu, que lhe é geograficamente estranho -, a única possibilidade de a Europa se erguer é constituir-se como uma «terceira força ideológica, geográfica e histórica», «uma unidade moral ocidental»; contudo, seja qual for o processo de associação para que a Europa se encaminhe, deverá pressupor total respeito pela pluralidade das formas políticas dos Estados, pela independência das diversidades nacionais, banindo qualquer propósito de interferências ideológicas e demarcando claramente as fronteiras entre política nacional e política internacional. Só assim poderá haver uma «verdadeira política ocidental», uma identidade de civilização latino-ocidental que sirva de suporte à «constituição duma *frente* única de cultura», de entendimento político e de solidariedade económica: «sem uma estabilidade baseada no entendimento recíproco e no escrupuloso respeito de todas as independências políticas [conclui o articulista] a crise da Europa continuará a agravar-se. Para que a América possa salvar a Europa, para que a Europa, ela própria, se salve da sangrenta subversão oriental, é mister, antes de mais nada, que haja uma Europa consciente dos seus destinos e da sua missão [...]. E essa Europa não pode ser senão a Europa ocidental - a única Europa»².

Num outro artigo do mesmo jornal, a propósito da realização em Montreux (Suíça), em Agosto-Setembro de 1947, de dois congressos internacionais, um

² *Diário de Notícias*, n.º 29283, de 24/8/1947, p. 1.

dos Federalistas Mundiais e outro dos Federalistas Europeus, esclarece-se sobre os respectivos objectivos, os quais tendem para «o advento de um Estado ou super-Estado universal» mediante o escalonamento de etapas constituídas por federações regionais e continentais - o que, no entendimento do articulista, exige o abandono ou, pelo menos, «uma severa revisão limitadora» do velho conceito da soberania nacional. Ora, só a fundação de um Estado universal, com os seus suportes locais, poderia, segundo os seus defensores, acabar com os litígios entre os Estados e os choques entre as respectivas economias, permitindo a organização dos grandes espaços económicos, a divisão internacional do trabalho e a repartição racional das produções de acordo com as condições naturais e as capacidades humanas. Todavia, tais objectivos são utópicos e perigosos: «é isto um sonho cor-de-rosa, uma segunda edição da república de Platão, um novo ciclo do reinado da «utopia»? - interroga-se o articulista para logo responder: «Em grande dose - ai de nós! - assim é. [...] Quando mesmo se chegasse aos federalismos continentais, como o europeu, ter-se-ia dado um passo para a guerra de continentes»; para demonstrá-lo valem os exemplos do fracasso da antiga S.D.N. e da incapacidade da actual O.N.U., que sugerem expressivamente que «nada se pode criar de estável enquanto se quiser edificar sobre a coexistência das soberanias nacionais». E o autor do citado artigo conclui: «Quer isto dizer que se renuncie à pregação da ideia generosa de um federalismo eliminatório dos conflitos das soberanias estaduais? Claro que não! Ela poderá ficar e erguer-se como uma aspiração, como uma espécie de *limite matemático*, para que devem tender todos os esforços, mesmo quando se supusesse ou se soubesse que nunca se poderia atingir»³.

Alguns dias mais tarde o mesmo autor vai um pouco mais longe num artigo que escreveu para o mesmo jornal, em 22 de Setembro, ao testemunhar a impressão com que ficou, como observador em tempo de férias dos congressos acima referidos, sobre a «convicção comunicativa» com que os participantes nessas reuniões, em particular os representantes franceses, «falavam das virtualidades duma solução política federativa para a Europa». Considera que,

³ Armando Marques Guedes, *ibidem*, n.º 29293, de 3/9/1947, p. 1 e 2.

face ao perigo de uma nova guerra, esta e todas as outras «só poderão ser evitadas quando as vitalidades dos interesses políticos e económicos dos Estados se amaciem e pacificamente possam decidir-se dentro de uma organização federativa, com um órgão superior de execução e uma instância obrigatória de justiça internacional. «Aspiração generosa mas utópica? Ou, pelo menos, ideia alta, embora de execução difícil e demorada? Sem dúvida! Mas, repito, ela deverá pairar sobre as incertezas angustiosas do momento presente como uma esperança, como uma espécie de *limite*, pelo qual o espírito humano se volte, numa tensão de todos os instantes»⁴. Mais adiante, a 16 de Março de 1948, este articulista advoga a necessidade de uma «economia de grandes espaços», com livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias, ou seja, um entendimento económico como etapa para uma *entente* política, esta por sua vez como «primeiro passo para uma futura federação» da Europa ocidental⁵.

Quanto a tomadas de posição públicas oficiais só a partir de 1948 elas são assumidas. Até então, com efeito, Salazar limitara-se, em relação à Europa, a evidenciar os principais problemas europeus, a diagnosticar, na sua visão do Mundo, algumas das causas da crise do Velho Continente, contrapondo, por vezes, com as virtualidades da ordem política portuguesa. É o caso do discurso proferido no acto de posse da nova comissão executiva da União Nacional, em 4 de Março de 1947, onde reafirma a sua costumada tese da necessidade de um Estado forte e apartidário como o melhor antídoto para debelar as crises: «Porque o problema é este. A Europa - e podemos dizer com segurança o Mundo - tem diante de si duas grandes tarefas: uma a da reconstrução material e moral, imposta pelas ruínas e desperdícios dos anos da guerra, a qual exigirá ordem, trabalho intenso, direcção económica; outra, a da integração no Estado de massas a cada momento chegadas à maioria política e social, sem prejuízo daqueles valores que dão elevação e sentido à vida da colectividade. Qualquer destas tarefas - e as duas por acréscimo - exige um estado forte, suficientemente expressivo da

⁴ Idem, *ibidem*, n.º 29312, de 22/9/1947, p. 1 e 4.

⁵ Idem, *ibidem*, n.º 29482, de 16/3/1948, p. 1 e 4.

consciência da Nação, independente e sobranceiro aos interesses particulares, de grupo, classe ou seita»⁶.

A verdade é que, a partir de 1948, os acontecimentos precipitaram-se. A emoção causada pelo golpe comunista na Checoslováquia fez aumentar o interesse pela unidade da Europa. Os Estados Unidos da América pressionavam nesse sentido os países europeus livres, indo ao ponto de sugerir «a velha utopia dos Estados Unidos da Europa, tão do agrado desta simplista maneira de ver», tal como é comentado pelo embaixador de Portugal em Washington, P. Teotónio Pereira, na correspondência para o Governo português em 8 de Março: «E assim, entre os que regateiam a ajuda económica e procuram todos os dias diminuir o montante proposto por Marshall e aqueles que crêem possível com duas penas dum tratado escrito anular as milenárias fronteiras dos países europeus, vai-se arrastando aqui o debate à volta do que deve ser a acção dos Estados Unidos neste gravíssimo momento da História»⁷.

A união da Europa, como melhor solução para organizar a defesa contra o comunismo, estava, pois, na ordem do dia. Com o aproximar do Congresso da Haia tornara-se assunto demasiado público para que Salazar o ignorasse. No discurso que proferiu aos representantes das forças armadas em 28 de Abril de 1948, aquando da passagem do 20.º aniversário da entrada para o Governo, o Chefe do Governo traça um quadro assustador do Mundo e do Ocidente em particular, no qual se apresenta «a criação de um estado emocional» conducente à perspectiva da guerra, à possibilidade de uma conflagração entre as grandes potências, que, a acontecer, faria da Europa o seu principal teatro e vítima, prostrando-a numa «catástrofe demográfica sem paralelo na sua história», e faria mergulhar o ocidente europeu «na decadência, na sua longa, trágica e porventura definitiva noite». Tal possibilidade bélica só seria credível não por «deliberado intento» do Ocidente mas por iniciativa agressiva e expansionista

⁶ Salazar, «Governo e política», em 4 de Março de 1947, na posse da nova comissão executiva da União Nacional, in *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV (1943-1950), Coimbra Editora, 1951, p. 268; e *Diário de Notícias*, nº 29112, de 5/3/1947, p. 1 e 2.

⁷Ofício, com data de 8/3/1948, da Embaixada de Portugal em Washington, endereçado ao Governo português, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), 2P/A50/M37.

Antonio Martins Silva

da Rússia; e, para a dissuadir, a Europa Ocidental teria que opor uma resistência capaz e tenaz. Como? Pergunta Salazar.

A resposta pela negativa é peremptória e lapidar: a resistência do ocidente não passa, segundo ele, pela «constituição prévia de um superestado ou de uma soberania do tipo federal». Com efeito, «a organização do mundo interessado em manter as bases da civilização ocidental não pode fazer-se integralmente, como é visível, no plano supranacional, mas apenas no do entendimento e concerto de soberanias nacionais». Para Salazar a ideia de uma Europa federal parece-lhe «fora das possibilidades de realização», sobretudo porque, entre outros motivos, «se começaria por tirar aos estados europeus uma das principais razões por que através dos tempos tanto se tem sacrificado em guerras - a garantia de os diferentes povos disporem de si mesmos»; assim o demonstra também a lição das duas últimas guerras que não foi «no sentido da extinção dos nacionalismos, mas da sua exacerbação». Não se podem, pois, «ignorar as realidades existentes», congeminando «criações políticas que, podendo crer-se no campo teórico mais coesas, depressa revelariam a fragilidade ou artificio da construção» e que, limitando «através de organismos internacionais a independência ou liberdade interna dos estados», apenas suscitam «confusão e descrédito»; em nada contribuiriam para a defesa do Ocidente, cujo pressuposto tem que assentar na «existência de nações independentes» sem quaisquer interferências, «directas ou indirectas, nos negócios internos de cada estado».

A resposta pela positiva é talvez menos clara e mais vaga. É necessário, por um lado, uma correcta e comum compreensão do que deve ser «a união do Ocidente na única base e para o fim que verdadeiramente importam - o reconhecimento da identidade de origem e a intransigente defesa de certos princípios básicos da civilização»; e, por outro, é indispensável a organização de uma verdadeira frente contra a Rússia que passa por um combate comum e sem tréguas, conjugando todas as «reações de vitalidade nacional», contra todas as forças e organizações subversivas que tenham, em «maior ou menor grau, afinidade com a doutrina comunista»⁸.

⁸ Idem, «O Ocidente em face da Rússia», em 28 de Abril de 1948, *Discursos* [...], cit., p. 325-337; e *Diário de Notícias*, nº 29526, de 29/4/1948, p. 1 e 2.

Sobre o congresso da Haia

A 6 de Janeiro de 1948 a Legação de Portugal na Haia informava o Ministro dos Negócios Estrangeiros português da ida próxima a Portugal, onde esperava permanecer alguns dias, de Hendrik Brugmans, antigo comissário holandês da informação e, na altura, presidente do secretariado executivo da União Europeia dos Federalistas. Contava-se que chegasse a Lisboa a partir do dia dez daquele mês, após uma curta demora em Espanha, e que passasse alguns dias na capital portuguesa. Segundo declarou, era sua intenção interessar a opinião pública e o Governo portugueses no movimento federalista e no envio de uma delegação ao próximo Congresso a realizar, na Primavera, na Haia; fez notar também, «com muita delicadeza, que, embora interessado no apoio do Governo, estimaria, sobretudo, tomar contacto com representantes das Universidades, do Jornalismo, da Igreja e dos Sindicatos»; observou ainda, «como que acidentalmente, que a delegação portuguesa ao congresso teria a sua posição mais fortalecida se incluísse também personalidades não nomeadas pelo Governo», para prevenir que Portugal se sujeitasse ao mesmo tipo de reacções de que, presumivelmente, seria objecto a Jugoslávia, por exemplo - país que «tenciona fazer-se representar somente por pessoas indicadas pelo seu governo comunista»; ora, tal possibilidade - acrescentou - é de evitar porque dela «resultará, como me disse, uma situação difícil para os delegados, cujas opiniões não serão tomadas em grande conta, e possíveis ataques da parte de outras delegações que representam a livre opinião dos restantes países europeus». Sobre os objectivos e a natureza política do movimento federalista e das tendências da União que Brugmans representa, conclui o diplomata português, «nada digo, por inútil, pois tudo conhece V^a Ex^a muito melhor do que eu e certamente possui a Secretaria de Estado o *Rapport du Premier Congrès Annuel de T.U.E.F.*, publicado depois do último Congresso de Montreux, a que V. Ex^a assistiu»⁹.

Com tais credenciais e intenções Brugmans não teve certamente a vida facilitada em Portugal. A sua visita não era desejada; apesar de tudo, conseguiu

Ofício da Legação de Portugal na Haia, de 6/1/1948, proc. 33,12, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

encontrar-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros português que lhe terá manifestado o seu acordo quanto à possibilidade do envio de uma representação portuguesa para o organismo a que Brugmans estava vinculado. É o que se depreende da correspondência do ministro de Portugal em Bruxelas, Eduardo Leitão. Com efeito, este diplomata comunicou ao Governo, a 10 de Março, que o Secretário Geral do *Comité de Coordenação para a Organização da Europa*, Dr. Roetinguer, tinha chamado a atenção para o facto de «todos os países, excepto Portugal, já terem indicado os nomes dos seus representantes» para participarem naquele organismo. Segundo informações do referido secretário, o Presidente da Secção holandesa do Comité, Dr. Brugmans, ter-se-ia avistado com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, algum tempo antes, tendo este manifestado «a sua inteira concordância com a participação de Portugal nos trabalhos daquele organismo»; desde então se aguardava a lista dos delegados portugueses, em número de 15, sendo um destinado à Cooperação Intelectual e Cultural. Tendo em conta que a primeira reunião, presidida por Churchill, estava marcada para 7 de Maio próximo, na Haia, «o Dr. Roetinger julga muito urgente que lhe sejam comunicados os nomes das individualidades que constituem o Comité português»^{10 11}. Não nos parece que tal solicitação tenha obtido resposta; pelo menos não conseguimos encontrá-la.

A 17 de Abril de 1948 anunciava-se na imprensa que Portugal iria estar presente no Congresso da Europa, a realizar na Haia no mês seguinte, de 7 a 10 de Maio, conjuntamente com os restantes quinze Estados europeus da Conferência dos 16, que haviam instituído em Paris, em Março último, a OEEC (Organização Europeia de Cooperação Económica): «Portugal está presente na conferência de Haia que vai tratar da constituição da União Europeia» - é, categoricamente, o afirmativo título de primeira página do *Diário de Notícias*¹¹.

¹⁰ Ofício da Legação de Portugal em Bruxelas, de 10/3/1948, proc. 33,12, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

¹¹ *Diário de Notícias*, n.º 29514, de 17/4/1948, p. 1. «As principais tarefas da conferência [da Haia, dizia-se neste jornal] são: criar uma organização permanente para trabalhar pela unidade europeia em substituição das dez ou doze organizações que actualmente existem; criar uma política de união europeia com a qual todos os países possam concordar; reunir os povos europeus de modo a que possam conhecer-se melhor e compreender-se».

Tal, porém, não viria a ocorrer. Portugal não se faria representar no Congresso da Haia: nem o governo nem a oposição; apenas uma honrosa exceção - os católicos portugueses. Com efeito, na correspondência da Legação de Portugal naquela cidade, com data de 2 de Julho, o diplomata português responsável por esta legação conta, no relatório oficial para o Governo sobre o referido congresso, o seguinte: «[...] tive ocasião de conhecer pessoalmente o antigo Secretário de Estado do *Foreign Office*. O Senhor Eden foi muito amistososo e referiu-me duas intervenções que tivera, quando presidia à Comissão política do Congresso, a favor de Portugal e da Espanha - depois confirmadas pelo delegado dos católicos portugueses. Não sei que orador fizera referência à ausência dos povos da Península - o que levou o único delegado português a recordar que representava os católicos portugueses e que o Governo de Portugal aderira às decisões da Conferência dos 16, em Paris. O Senhor Eden comentou publicamente que, na verdade, estando representados os católicos, estavam, praticamente, representados todos os portugueses. Ficou assim encerrado este incidente que talvez mostre ter sido pena não se haverem deslocado à Haia mais delegados de Portugal»¹².

O que pensa o governo e a opinião pública sobre o referido congresso da Europa e como reagiram às notícias sobre a sua realização e decurso dos trabalhos?

A reacção do governo foi a do silêncio apreensivo e presumivelmente

¹² Ofício da Legação de Portugal na Haia, n.º 562/226, com data de 2/7/1948, p. 10, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A. Para melhor se entender, talvez, a razão porque esteve um representante dos católicos portugueses na Haia diga-se, a propósito, que o Papa se pronunciou favoravelmente pela ideia de unidade europeia, tendo nomeado o Arcebispo Paulo Giobbe, Núncio Apostólico na Haia, para representar a Santa Sé no Congresso Europeu realizado nesta cidade (in *Diário Popular*, de 2/5/1948, p. 16). Alguns meses mais tarde, em 11 de Novembro, Pio XII, num discurso que proferiu ao receber a visita dos membros do Congresso da União Europeia Federalista, declarou que, embora a Igreja não deva intervir em questões de ordem temporal, «E tempo que a união da Europa se faça», tendo acrescentado: «A questão da União da Europa apresenta dificuldades incontestáveis, mas é preciso fazer tudo para que seja realidade o mais rapidamente possível. E preciso eliminar os deploráveis efeitos da guerra e lutar contra o regresso à violência. Para o conseguir pedimos às grandes nações que sacrifiquem parte da sua grandeza de outrora para alinharem com outros povos do continente e formarem assim uma verdadeira família europeia» {*Diário de Notícias*, n.º 29721, de 12/11/1948, p. 5}.

Antonio Martins Silva

condenatório. Não encontramos declarações directas sobre aquela reunião; mas destinando-se esta, segundo alguns dos mais destacados promotores, a preparar no essencial as condições e os povos para a união da Europa numa perspectiva federal e sabendo qual era a posição de Salazar e/ou do governo sobre os propósitos e as actuações internacionais tendentes à unificação europeia, não é de estranhar tal atitude. Por diversas vezes a formulou no período que estamos a analisar: «A ideia de uma Europa federal parece-me fora das possibilidades de realização» - declara Salazar no discurso, acima referido, em 28 de Abril de 1948, poucos dias antes da realização do congresso da Haia¹³; «determinadas formas de organização política europeia [...] não pode[m] deixar de suscitar as maiores dúvidas num país, animado do mais firme propósito de não deixar atingir, seja como for, uma concepção de soberania que estende por igual às suas províncias ultramarinas» - publica-se numa nota do governo alguns meses mais tarde, em 31 de Outubro¹⁴.

Indirectamente, porém, através de testemunhos mais ou menos oficiais interpreta-se o sentir do governo sobre a matéria. No relato que o ministro de Portugal da Legação na Haia faz para o governo sobre o congresso de 7-10 de Maio, conta o seguinte: «O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha mostrou-se interessado em saber como reagia o Governo Português à ideia da Unidade da Europa. Disse-lhe ser minha convicção pessoal que o Governo do meu país — sempre pronto em colaborar em tudo o que representasse defesa do património espiritual ou reconstrução económica da Europa - não parecia, contudo, muito crente nos benefícios de uma mística continental e na criação de super-organismos que limitassem as soberanias nacionais dos diversos países da Europa. Muito delicadamente, o Senhor Eden deu-me a entender que talvez se tratasse de injustificado preconceito, pois, fora de uma ideia-força que unisse todos os povos da Europa na defesa das liberdades que fizeram a sua

¹³ A. O. Salazar, *Discursos* [...], cit., p. 332. «Somos apenas lógicos entendendo que só se prejudica o concerto dos povos europeus com a pretensão de estabelecê-lo em bases pedidas de empréstimo a programas partidários, num sonho ingénuo de estandardização política» — declara no mesmo discurso, p. 334.

¹⁴ *Diário Popular*, n.º 2188, de 31/10/1948, p. 1.

grandeza nos tempos modernos, parecia difícil combater ideologicamente o comunismo e preparar a reconstrução económica e defesa militar do continente. Não avancei mais neste terreno delicado - tanto mais que acredito, pessoalmente, ser tendência do futuro a alienação parcial das soberanias nacionais, a favor de órgãos de coordenação internacional: nem parece possível de outra forma afastar os conflitos armados, atinja-se, ou não, essa fase mais longínqua, sem, ou através de novo conflito armado»¹⁵.

Estaria Salazar igualmente convencido da inevitabilidade da transferência futura de parcelas das soberanias nacionais para organismos internacionais? A verdade é que tal possibilidade, a comprometer também Portugal, embora repugnasse à ideologia do regime, nunca foi negada, cautelosamente, em termos categóricos: «não acreditamos», «encara-se com cepticismo», «é ainda bastante confusa», «suscita as maiores dúvidas», «não estamos convencidos», «temos dúvidas», «parece-me fora das possibilidades de realização» foram habitualmente as expressões utilizadas quando se referiam a tal matéria.

Como reage a opinião pública portuguesa em relação ao congresso da Europa ou aos objectivos que nele se defendiam?

A primeira nota a destacar é que os principais jornais noticiaram, com pormenor e grande destaque, as notícias sobre o congresso nos dias que precederam, coincidiram e se sucederam à sua realização. Esta afirmação é particularmente válida para jornais como o *Diário de Notícias* e o *Diário Popular*, que deram notícias sobre a importante reunião como principais títulos de primeira

¹⁵ Ofício n.º 562/226, de 2 de Julho de 1948, da Legação de Portugal na Haia, sobre as Conferências da Primavera: Haia e Amsterdam, p. 11, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A. No mesmo relatório conta-se o seguinte: «[...] tive ocasião de conversar muito livremente com o Senhor Hopkinsons - antigo Ministro Conselheiro em Lisboa e actual Secretário do partido conservador. Mostrou-se muito interessado na política portuguesa e disse-me esperar que a gente nova do meu país soubesse encontrar, para além das irredutibilidades existentes e aceitando a grande obra de regeneração realizada, a fórmula pacífica de uma democracia digna. — Não escondo a Vª Exª que lhe disse ser minha convicção pessoal não estarmos preparados para uma democracia parlamentar — ao menos por várias décadas ainda — mas que fazia parte daqueles que, sinceramente, acreditavam ser possível, com paciência e tacto, caminhar para uma democracia presidencialista, onde as principais correntes de opinião estivessem representadas nas câmaras — com excepção, evidentemente, da 5.ª coluna comunista — e embora não tivéssem aquelas o poder de sacrificar, a seu capricho, a continuidade governativa» (p. 9 e 10).

página, resumiram aspectos importantes do evento e reproduziram mais ou menos integralmente o discurso de Churchill; também jornais em sintonia ou próximos das posições do regime, como é o caso de *A Voz* e *Novidades* se referiram profusamente a pormenores e conclusões daquela conferência internacional; contrariamente, o órgão republicano e democrático *República* quase ignora a realização da grande encontro da Haia, a ele se referindo apenas, já no segundo dia de funcionamento, com uma breve nota, pouco ou nada sugestiva ou esclarecedora, num local discreto do jornal¹⁶. É legítimo concluir que o referido evento interessaria a uma parte significativa da população portuguesa ledora de jornais - de contrário é de certo modo incompreensível a relevância e a insistência com que tal notícia é tratada; o mesmo não se poderá afirmar em relação ao sector da oposição democrática, que não dava àquele acontecimento nem em geral ao movimento de unificação europeia a importância que outros lhe reconheciam, a julgar pela escassez das notícias veiculadas pelo órgãos que lhe eram ideologicamente afins.

Todavia, apesar do interesse geralmente manifestado pela unidade da Europa, o modo como é entendida revela alguns matizes decorrentes das diferentes sensibilidades políticas, ideológicas e religiosas das pessoas ou dos jornais que sobre ela se pronunciaram.

Em cima do acontecimento, em editorial do *Diário de Notícias*, de 9 de Maio, subestima-se o real impacto do congresso da Europa e desdenha-se a sua imponência, embora se enalteça o «excelente» discurso de Churchill e de outros; condenam-se os projectos federativos que nele se manifestaram por serem inviáveis, embora concebíveis num muito longo prazo; e apela-se para actuações concretas, realistas e modestas, com base num «entendimento imediato de defesa e cooperação internacionais», para a sobrevivência do ocidente, decadente e ameaçado, em vez de verbalismos teóricos e estéreis que a nada conduzem e apenas confundem. Reproduzimos alguns excertos:

¹⁶ Reza assim a lacónica nota do *República* de 8/5/1948: «Haia, 8. - 0 Congresso da União europeia começa hoje a estudar as questões económicas, culturais e políticas, assim como o problema das trocas comerciais entre os vários países europeus, de maneira a tomar a Europa uma organização verdadeiramente unida. — U. P.» (n.º 6289, p. 4).

«Para atingir o resultado, que constituiria talvez a salvação da Europa [...] preferiu-se ao processo mais lento, mas incomparavelmente mais eficaz, das negociações normais [...], à acção directa e limitada dos governos responsáveis, a especulosa oratória e vasta publicidade duma super-assembleia de estadistas de todos os graus. [...] O mundo verga ao peso de tantos salvadores! [...] Não haverá na Europa estadistas a mais? [...] Transformou-se a ideia lançada em 1946 pelo Sr. Churchill num projecto de união europeia - que seria evidentemente magnífica [...], mas que toda a gente sabe ser, neste momento, inteiramente inviável. [...].

Nada mais perigoso do que submergir o programa [...] de reunir, dentro do respeito escrupuloso das respectivas soberanias, os povos do ocidente num acordo sobre um certo número de ideias, de medidas e soluções, económicas e políticas, indispensáveis à salvação comum - nada mais perigoso do que submergir esse programa internacional, mínimo e imediato, na utópica e emaranhada concepção duma Federação de Estados, contrária, pelo menos por agora, a todas as tradições históricas, leis geográficas e aspirações da Europa.

Talvez essa ideia federativa [...] constitua uma fase possível da evolução duma futura Europa. [...]. Mas [...] o facto é que [...] longos anos ou mesmo séculos nos separam ainda dessa plena unidade dum continente, organicamente transformado. [...].

O que é preciso, ó mil estadistas da Europa!, é agir - e não falar. Do que se trata é de criar um núcleo de defesa ocidental que acuda às necessidades de convalescença e defesa dum ocidente empobrecido e ameaçado e que não pode viver indefinidamente numa espécie de hospício americano.

E isso é imediato, é urgente, é claro, e seria talvez fácil se se soubesse bem o que se quer e se quisesse bem o que se precisa. As altas concepções poderão vir depois [...]. Por agora limitemo-nos à tarefa calma, discreta [...] de arrumar [...] esta desmantelada casa da Europa e de salvar e pôr de pé [...] um ocidente indispensável à sobrevivência do Mundo civilizado»¹⁷.

Pela mesma altura em que decorria o congresso, o jornal *A Voz* publica, como editorial de abertura do número de 8 de Maio, um artigo com o título «O Congresso da Europa»; depois de se referir aos objectivos e à evolução da ideia federalista e ao significado e propósitos da conferência da Haia, concluiu:

¹⁷ *Diário de Notícias*, de 9/5/1948, p. 1.

Antonio Martins Silva

«Tal é a vasta empresa, a que se abalançou em boa hora a «União Europeia dos Federalistas» e de que o «Congresso da Europa» será a primeira expressão espectacular.

A união europeia é por enquanto uma questão da alçada dos Governos. Mas ela só criará raízes se os povos e a opinião pública lhe trouxerem a sua indispensável e espontânea adesão.

Não podem os portugueses, pelo sentido ecuménico do seu papel no Mundo, deixar de prestar atenção a uma doutrina de paz e de união que consagra esse universalismo tão caro ao espírito e ao coração lusitano»¹⁸.

Sendo este um artigo de colaboração, assinado por Freire de Andrade, não traduz necessariamente o entendimento que a redacção daquele jornal faz do federalismo e do congresso da união europeia, cujas teses, anticomunistas e antiparlamentares, se identificam com as do regime. Algumas semanas depois, noutro editorial de colaboração do mesmo jornal, assinado por Pinheiro Torres, a abrir o número de 1 de Junho, emite-se uma opinião inteiramente diferente sobre o «malogro» da conferência da Haia e a ideia excelente mas utópica dos «Estados Unidos da Europa». Tal projecto - «arranque poético de Mister Churchill» - é para o articulista, que cita Salazar, de impossível realização; o que é necessário, como «imperativo de consciência» e «dever sagrado», é a defesa da civilização cristã - ou seja, dessa «complexa acumulação dos valores conquistados pelo espírito» de «dezasseis séculos de vida católica, impregnando todas as instituições» - contra o comunismo que lhe é por essência antagónico. O artigo tem o título «União Europeia», e vale a pena registar algumas das suas passagens:

«O malogro da Conferência da Haia mostrou o que já era para nós uma certeza: que os Estados Unidos da Europa são uma utopia; ideia belíssima como todos os ideais, mas que, implica o absurdo desconhecimento dos povos em jogo, da massa que se pretende modelar. [...].

E pois que para a resistência do Ocidente é impossível a solução federativa, temos de lhe dar uma base nacional, e, assim, a organização do Mundo interessado em manter as bases da civilização ocidental deverá fazer-se no plano do entendimento e concerto das soberanias nacionais. [...].

¹⁸ Artigo, escrito de Genebra, com data de 21 de Abril de 1948, e assinado por Freire de Andrade, in *A Voz*, n.º 7594, de 8/5/1948, p. 1 e 6.

Quais as bases daquele entendimento e concerto?

Se o objectivo é a defesa da Civilização ocidental, todas as nações que a representam e defendem devem [...] fazer parte da respectiva organização. [...].

A Espanha e Portugal são dos poucos países que, na Europa, estão em permanente vigilância contra o comunismo e, portanto, em constante defesa da Civilização ocidental. [...].

Portugal, pela sua doutrina e realizações, pode servir de lição e modelo à Europa, cujo espírito conserva [...].

E a Espanha, que tem no sangue a civilização cristã [...], que obteve a primeira grande vitória contra o comunismo, em sacrossanta cruzada em que se jogaram os destinos da Europa [...] - querer eliminá-la da organização do Ocidente, como alguns pretendem, e como fez o malogrado arceópagos de Haia, é *sabotar o plano de ressurgimento europeu*, [...] é impedir a unidade que se busca; é fazer o jogo do adversário, que se procura combater [...].

A oposição à Espanha deriva do facto de ela, como é seu direito e sem que nenhum estrangeiro tenha nada com isso, não vestir pelo *figurino democrático*. Sonho ingénua - como diz Salazar, sempre certo - o da estandardização política, cujos malefícios não seriam diminuídos pela bondade das intenções.

Em vez de Franco viria o tumulto dos partidos e do Parlamento. Isso seria, no consenso de todos, o regresso à desordem que levou à guerra civil, sua consequência fatal»¹⁹.

Para o jornal *A Voz*, com efeito, a União Europeia deve ser entendida como algo de bem diferente do que se tem apregoado, deve erguer-se como «*Império do Ocidente*», como «muralha de moral e de justiça - e de força também - [que] deve abarcar todas as nações de civilização cristã, deve ser a projectada união Europeia, até agora apenas esboçada e pouco mais que teórica. À cabeça dela deve estar Portugal, como diria novamente Camões, se vivo fosse. E com Portugal deve ser admitida nela toda a Península, isto é, Portugal e Espanha. [...]. A Espanha é necessária ao concerto do Mundo. Com Portugal, ela é a cabeça da Europa, na expressiva e eterna expressão camoneana»²⁰.

¹⁹ Artigo assinado por Pinheiro Torres, *ibidem*, n.º 7618, de 1/6/1948, p. 1 e 5.

²⁰ «Das Ideias & dos Factos — A península cabeça da Europa», *ibidem*, n.º 7712, de 3/9/1948, p. 6.

Também o jornal *Novidades*, afecto à Igreja e ideologicamente próximo do regime, considera que os resultados do congresso da Haia foram escassos e decepcionantes porque foi minado «por todos os satélites da Rússia» e por «todas as forças subversivas da *civilização cristã*». No editorial de abertura do número de 12/5/1948, faz um balanço daquela conferência, comentando o seguinte:

«Os resultados do *congresso* (ou improvisado parlamento) da Haia não foram animadores para os objectivos da *União europeia* [...]. O discurso de Churchill, equilibrado e hábil, pondo a tese da união *daqueles que partilham da mesma forma de vida e do mesmo conceito de civilização cristã* contra *qualquer forma de tirania totalitária*, não logrou nem podia lograr a unanimidade, nem mesmo uma forte corrente de simpatia numa Europa intelectualmente desorientada, politicamente dividida e socialmente enfraquecida e doente. [...]

O resultado foi que, para o congresso não redundar, logo à primeira reunião, em estrondoso e irremediável desastre, acabou por aprovar, ou por tolerar como moção, um pastelão indigesto de afirmações, algumas opostas à tese de Churchill, e outras contraditórias em si.

E se da moção imbróglia passarmos às peregrinas ideias que as agências transmitiram, como lá apresentadas ou defendidas, a confusão e desordem sobem de ponto, vendo-se os gansos maçónicos da antiga Sociedade das Nações a abrir todas as torneiras enferrujadas e os portavozes das *quintas colunas* soviéticas a executar as ordens de Moscovo [...].

Apesar dos fracos ou nulos resultados do congresso, não supomos de todo inútil a sondagem que representou. Tornou-se bem patente a desunião intelectual da Europa, desunião que não atinge apenas as nações, mas a própria unidade moral de cada uma delas.

Se, como Churchill propôs, se pretende unir aqueles que defendem a civilização cristã contra as forças subversivas tiránicas que a ameaçam, o que interessa saber é o grau de persistência que as forças cristãs oferecem às anti-cristãs dentro de cada nação, afim de se saber o valor que a união e concerto delas no plano europeu pode assumir.

Viu-se porém que o congresso pensou em coisas muito diferentes e até opostas»²¹.

²¹ *Novidades*, n.º 17018, de 12/5/1948, p. 1 e 3.

Por sua vez o semanário *A Nação*, de extrema direita, simpatizante do nazismo e do fascismo, cuja defesa faz não raras vezes nas suas páginas, com laivos de antisemitismo²², pronuncia-se também sobre a união europeia e o congresso da Haia, de forma agressivamente anticomunista e antidemocrática. Num artigo, com o título «os dois polos da anti-Europa» e o com o sub-título «A integração da Europa», lê-se em meados de Maio: «Continuo a supor que só a Europa, por si mesma, num novo arranque genial, poderá reintegrar-se no seu destino histórico. Para isso não será talvez precisa a guerra. É, porém, com certeza, indispensável a recuperação dos seus valores culturais tradicionais. Como? Perseguido o comunismo e a democracia; alimentando as liberdades dos vários povos; cultuando Cristo nos altares e nas consciências; e fomentando em toda a parte o culto da inteligência e da arte»²³. Num outro número daquela publicação periódica, num artigo com o título «Estados Unidos da Europa», comenta-se, a propósito do congresso da Haia e de um dos seus principais intervenientes, W. Churchill, o seguinte:

«A questão da refundição dos diversos fragmentos políticos europeus num corpo único esbarra, desde início, com duas dificuldades fundamentais: primeira, a sua posição actual coincide com a mais séria subversão dos valores políticos europeus; segunda, a sua posição, pelo menos pelo lado objectivo e “propagandístico”, pertence a factores historicamente contraproducentes.

Não é de estranhar, portanto, sob este aspecto, o malogro das últimas reuniões de Haia, dirigidas por Winston Churchill, em que se travaram discussões sobre a possibilidade de uma “federação” europeia, constituída segundo moldes empregados, identicamente, noutros continentes. [...].

O tom objectivo e conciliador empregado por W. Churchill [...] deixa transparecer que a empresa é contingente, e eis porque o problema dos “Estados Unidos da Europa” [...] ficou por resolver, em Haia, na

²² Com o título «O tempo é um grande remédio», *A Nação*, no n.º 114, de 1/5/1948, p. 3, reproduz o seguinte excerto duma notícia publicada no jornal *O Século*, de 19 de Abril — «Os judeus dinamitaram um comboio inglês com munições de onde roubaram dezenas de toneladas de material de guerra» —, que comenta das seguinte forma bem expressiva: «Que ironia! Se soubessem como no nosso íntimo nos rimos...».

²³ Artigo de Manuel Anselmo, «Os dois pólos da anti-Europa», in *A Nação*, n.º 116, de 15/5/1948, p. 4.

Antonio Martins Silva

expectativa de uma aventura espiritual e mais afortunada. À parte isto, há que apontar o facto de não terem sido presentes, na conferência de Haia, elementos, a nosso ver, essenciais, para poder falar-se de “unidade europeia”: a Península Ibérica e os Estados da Europa Oriental. [...]

Muito de lamentar é que o congresso de Haia se tenha reunido sob o signo duma empresa contingente, e num cenário de representação de velhos actores reformados [...]»²⁴.

Em contrapartida, no campo politicamente oposto, também o jornal *República*, que, como já dissemos, não noticiou o congresso da Haia, publica, no editorial de 26 de Junho, com o título de «A Unidade da Europa», um artigo descrente de tal possibilidade: «Não duvidamos da seriedade com que [...] se estudam problemas desta natureza, mas o que nos surpreende é a ausência de “objectivos práticos” de empresas desta magnitude, onde sempre têm naufragado altos espíritos, com eram Bryand e Loyd George. A “unidade da Europa” é aspiração demasiado ambiciosa... mesmo no campo do idealismo. A “unidade da Europa” nunca será possível de uma maneira absoluta, porque a isso se opõem milhares de anos que lhe marcaram interesses e sentimentos inconciliáveis. O que será possível, talvez, é o “entendimento da Europa”. Mas isto é uma coisa bem diferente»²⁵.

Receptividade diferente, mais favorável, em relação à unidade europeia parece ser a que se veicula, discretamente, através do semanário *Sol* e do jornal *O Diário Popular*. No primeiro destes periódicos publicam-se com regularidade análises de fundo sobre as questões europeias, e nomeadamente sobre a problemática da união ou da federação europeia, de realização difícil, mas colocada no sentido dos ventos da História. Com o destacado título de primeira página, «Estados Unidos da Europa ou federação mundial?», escreve-se após o encerramento do congresso da Haia: «Há cem anos, precisamente, Victor Hugo anunciava que o século XX veria os Estados Unidos da Europa e a paz do mundo. É preciso reconhecer que a ideia federal encontra hoje mais adeptos do que em qualquer outra época». Depois de analisar os grandes obstáculos que se

²⁴ Artigo de Juan de Àluta, *ibidem*, n.º 128, de 7/8/1948, p. 1 e 5.

²⁵ «Ditos... e feitos» in *República*, n.º 6333, de 21/6/1948, p. 1.

opõem à realização dos Estados Unidos da Europa ou mesmo da «civitas mundi» com que os pacifistas sonham, aquele semanário conclui: «Realmente, o mundo actual organiza-se em *circuitos*: circuitos económicos, circuitos ideológicos, circuitos estratégicos. A questão reside em se saber se é mais fácil federar grupos de Estados, do que Estados. Proudhon via o futuro do mundo debaixo da forma duma federação de federações. Mas, para chegar a esse estado, é preciso um trabalho psicológico em profundidade. Mesmo utópicas, as campanhas federalistas são feliz augúrio: mostram que o mundo procura o seu caminho na boa direcção. Não valeria mais, todavia, começar por fortalecer o que existe e experimentar o reforço e a extensão da autoridade da O.N.U.»²⁶.

O *Diário Popular* fez um balanço crítico do congresso, enunciou as várias posições em conflito e alertou para a necessidade de não se cometerem excessos com exigências radicais sobre a união da Europa porque, na prática, fariam simplesmente o jogo de boicote desejado pela Rússia soviética e inviabilizariam a possibilidade de realização efectiva da unidade europeia possível e desejável: «Se os organizadores da Conferência da Haia [escreve-se neste periódico a 9 de Maio] nunca pensaram que ele se limitaria a uma manifestação entusiástica e unânime em favor de um princípio, enganaram-se sobre a própria essência da natureza humana. Churchill, o animador do movimento, deu o exemplo de certa prudência, considerando os esforços já feitos e a responsabilidade dos Governos, apoiado por dois antigos primeiros ministros: o francês Ramadier e o belga Van Zeeland. Mas viu-se surgirem, depois, os propagandistas da vanguarda, e apareceu o grande perigo desta Conferência. Chama-se o *maior lanço* e, se não se toma cautela, pode tornar-se fatal para a empresa. Sucessivamente falaram o holandês Brugmans e o Conde Coudenhove-Kalergi. O primeiro, em nome dos *federalistas*, reclama um governo e um parlamento europeus, isto é, um golpe nas soberanias nacionais, o que não é de encarar, praticamente, e que é contrário ao próprio espírito histórico da Europa. Quanto ao Conde Coudenhove é, naturalmente, o porta-voz da Pan-Europa, à qual consagrou numerosas obras. Pensa que foi um precursor e, naturalmente, queria ter a paternidade de uma

²⁶ Artigo de Albert Mousset, in *Sol*, n.º 167, de 15/5/1948, p. 1.

Antonio Martins Silva

resolução final que fundaria a Europa. Churchill demonstrou, espirituosamente, que se se procurarem os percursores da ideia, no passado, é preciso recuar a Henrique IV, Rei de França e de Navarra, e ao seu ministro Sully, no princípio do século XVII. Teria podido citar, também, Bernardin de Saint-Pierre e Napoleão III».

E conclui:

«Na reunião, tão numerosa e heterogénea, deve haver alguns sabotadores. A sua tática, para impedir a formação que os sovietes temem, será não restringir mas ampliar e levar a Conferência a exageros que levantariam contra ela a unanimidade dos Governos. Não se deve esquecer, na Haia, que o movimento europeu é patrocinado pela América e aprovado, na sua grande generalidade, por dezasseis países ocidentais. [...] Paul Reynaud foi sensato quando disse: *Estamos aqui não para combater o quer que seja, mas porque queremos viver* [...]; mas, pelo contrário, parece ter caído na utopia quando pediu a imediata eleição de um Parlamento europeu, por meio do sufrágio directo. Seria, apenas, na hora presente, o meio de desunir o Ocidente...»²⁷.

E este mesmo jornal, o *Diário Popular*, que, em sucessivos números, a partir dos inícios de Junho, acolhe nas suas páginas uma interessante iniciativa, de criação em Portugal de um «Centro de Estudos Europeus». O congresso da Haia, nas resoluções da comissão cultural, considerando ser imperioso dinamizar e expressar «o despertar da consciência europeia», tinha proposto a criação de um organismo permanente, com o nome de Centro Europeu da Cultura, independente dos governos, em que, entre outras tarefas imediatas, se incluíam as seguintes: «promover o sentimento da comunidade europeia por meio da informação e de iniciativas» no domínio dos meios da criação e divulgação culturais (imprensa, livro, filmes e rádio) e nos estabelecimentos de ensino (escolares, universitários ou outros); «proporcionar um lugar de encontro aos representantes da cultura, afim de que possam exprimir um ponto de vista propriamente europeu sobre as grandes questões que interessem à vida do continente, por via de apelos à opinião e aos governos»²⁸.

²⁷ *Diário Popular*, n.º 2014, de 9/5/1948, p. 12.

²⁸ «Resolution de la Commission culturelle» em anexo ao ofício n.º 562/266, de 2/7/1948, da

Ora a referida proposta daquele diário jornalístico, lançada em editorial nas respectivas colunas e sugerida por um seu colaborador, Dr. Pedro de Moura e Sá, enquadra-se neste contexto europeu e constitui, de algum modo, uma tentativa oportuna de iniciativa portuguesa na linha das resoluções de carácter cultural da conferência de Haia: «A iniciativa que sugere [o Dr. Moura e Sá] corresponde a um imperativo de consciência europeia a que as nações de tão grande responsabilidade e vocação histórica, como Portugal, não podem deixar de corresponder» — comenta o *Diário Popular*, no editorial de abertura, com grande destaque de primeira página, ao fazer a apresentação da mencionada proposta de criação de um Centro de Estudos Europeus*²⁹. Destacamos algumas passagens do texto proponente:

«À medida que as circunstâncias históricas obscurecem as nações da Europa, mais nítido se torna o que há de comum entre elas, mais claramente se desenha a fisionomia do continente mágico que tornou possível a história humana. [...]. Mais do que uma expressão política, mais do que um conjunto de homens, a organização em novas bases de convivência, a Europa é um foco poderosíssimo de energia espiritual. [...]. Não é, evidentemente, uma comunidade de interesses económicos que justifica a luta pela unidade da Europa. A economia tem de ser o suporte de outra coisa. O reconhecimento da unidade de interesses económicos é, evidentemente, posterior ao reconhecimento do interesse para a humanidade da persistência no mundo desta unidade histórica que se chama Europa. [...].

Parece-me urgente começar a trabalhar, acima da política, acima da economia, fora de todos os interesses materiais imediatos, por este conceito puro de Europa [...]. Em Portugal podemos fazer coisas importantes pela Europa por dois motivos — pelo carácter europeu da nossa história, mais europeia do que nenhuma, contendo tanto europeísmo que todos os povos de que nos aproximávamos ficaram para sempre contagiados de Europa, e, ainda, porque a nossa situação actual no mundo nos permite falar de Europa, porque não contribuimos em nada para a destruir. [...] Portugal não tem remorsos, porque nada fez contra ela.

Legação de Portugal da Haia, enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 2P/A50/M39-A.

²⁹ *Diário Popular*, n.º 2039, de 3/6/1948, p. 1.

Seria o momento de fundar em Portugal, sob a designação Centro de Estudos Europeus ou outra qualquer, um organismo destinado a promover a realização de conferências pelos europeus de todos os países que melhor representam o espírito europeu [...], onde se apresentem teses sobre temas europeus, mas onde se mostrasse sobretudo que a presença da Europa no mundo é um problema puramente espiritual, pois é no plano do espírito que ela tem função e grandeza»³⁰.

A verdade é que, uma vez lançada esta proposta, logo suscitou apoios e depoimentos diversificados por parte de homens da intelectualidade portuguesa da época. Responderam à iniciativa nomes como Serras e Silva, Augusto de Castro, Luís Vieira de Castro, Vitorino Nemésio, Hemani Cidade, entre outros, e instituições como a Sociedade de escritores e compositores teatrais portugueses — todos eles apoiando ou manifestando a sua intenção de contribuir para as possibilidades de organização do referido Centro de Estudos Europeus e para a definição dos seus objectivos no sentido da procura ou da redescoberta da «verdadeira face da Europa». Poucos dias depois de publicada aquela notícia, já o *Diário Popular* anunciava que a sugestão avançada «provocou um movimento de adesão em todo o país»³¹. Entre os primeiros testemunhos chegados ao jornal destacamos, por exemplo, o de Vitorino Nemésio que, com o título «Soberba Europa», escreve nas páginas daquele diário:

«O que é preciso é aplaudir a iniciativa, e sobretudo ajudá-la a realizar [...]. Moura e Sá pretende evitar - e bem ! - os escolhos políticos que em largo acervo de temas de europeidade pode naturalmente levantar. Mas eu não sei, em verdade, qual será mais urgente: se determinar historicamente que coisa é Europa e que ideias, crenças, sentimentos, valores lhe estão na base - se, partindo-se de uma realidade empírica, civil e histórica, a que se dá, também praticamente, o nome de *europeu*, procurajr] satisfaze-la por meio dos alicerces de uma cidadania ultra -, supra - e intra-nacional (e quantos mais prefixos... melhor!), que de uma vez para sempre apazigúe esta vontade desabalada que todos nós sentimos, aqui por Oeste, de sermos unos, universais, geral e verdadeiramente homens de bem e de paz! [...].

³⁰ *Ibidem*, p. 1 e 12.

³¹ *Ibidem*, n.º 2041, de 5/6/1948, p. 1 e 4.

Se bem entendi o espírito de iniciativa de Moura e Sá, trata-se de afervorar, com o Centro de Estudos Europeus ou sua equivalência, a consciência de europeidade de que os portugueses são dotados, e de pô-la em contacto e troca com os outros europeus. Por mim não duvido dela. Como Moura e Sá afirma, o português foi um dos maiores pioneiros e construtores de Europa; a civilização de selo nacional está impregnada de europeísmo»³².

Sobre outras iniciativas públicas

Na sequência do Congresso da União Europeia, da Haia, desenvolveram-se duas iniciativas paralelas e autónomas para a criação de uma Assembleia Europeia: uma foi dinamizada pelo *Comité Internacional de Coordenação dos Movimentos para a Unidade Europeia*, transformado, entretanto, em *Movimento Europeu*, e a outra, de cariz vincadamente federativo, foi protagonizada pela *União Parlamentar Europeia*, que não quis aderir, ao contrário do que fizeram a maior parte das associações congéneres, àquele movimento. Como reagiu Portugal - ao nível oficial e ao nível privado - às iniciativas apoiadas ou promovidas por estas duas organizações?

Numa reunião daquele *Comité Internacional de Coordenação*, para estudar a possibilidade de execução das resoluções adoptadas na Haia, entendeu-se que - em virtude da gravidade da situação internacional e para apoiar os esforços

³² *Ibidem*, n.º 2059, de 24/6/1948, p. 5. Outras colaborações e testemunhos podem ler-se neste diário nos números 2041, 2044, 2055, 2059, 2062, 2065, de 5, 8, 19, 24, 26 e 29 de Junho de 1948, respectivamente. Neste último número, no artigo de Augusto de Castro sobre o mesmo assunto, lê-se o seguinte: «Um Centro de Estudos Europeus seria de certo um órgão de reconstrução europeia [...]. Não basta, para refazer a Europa, reconstruir as suas ruínas materiais [...]. E preciso reconstruir espiritualmente o que espiritualmente foi destruído ou ameaça subversão [...]. O património europeu pertence ao Mundo. A sobrevivência da Europa é uma necessidade do futuro humano. Congregar os elementos de uma consciência europeia, dispersos, mutilados, onde eles se encontram: renovar na alma europeia as forças da beleza, de ideal humano, de cultura, que, da Renascença aos nossos dias, fizeram o "homem de hoje", prestes a desconhecer-se a si próprio: chamar a Europa, invadida, abastardada, despersonalizada, ao esplendor da sua secular tradição - eis um empreendimento para cujo esforço os melhores europeus do Mundo não serão demais. E se esse grande estandarte puder ser levantado em Portugal, tanto melhor para nós. A tendência universal e espiritual de Portugal poderá ser mais uma vez afirmada. Não vejo razão para que o não seja» (*ibidem*, p. 8).

Antonio Martins Silva

governamentais tendentes à realização da Unidade Europeia - se deveria assumir como prioritária «a Resolução do Congresso relativa ao estabelecimento de uma Assembleia Europeia». Foi para satisfazer esse intento que o referido Comité enviou, a 19 de Julho, ao Primeiro Ministro de cada uma das Nações signatárias da Convenção para a Cooperação Económica Europeia, um memorando no qual se propunha que a referida Assembleia se reunisse o mais tardar no início de 1949, eleita pelos Parlamentos das Nações participantes e limitada, pelo menos na sua primeira sessão, aos representantes dos países que aderiram àquela Convenção. Evidentemente, o Chefe do Governo português recebeu também essa missiva com o memorando anexo, tendo sido registada a entrada na Presidência do Conselho em 6/8/1948³³. Mas, que se saiba, não teve qualquer seguimento.

Algumas semanas após, a 26 de Agosto, a imprensa noticiava que Portugal teria, de acordo com o projecto publicado em Londres no dia anterior, 16 representantes na futura Assembleia Parlamentar Europeia, o número que lhe caberia na conformidade da proposta que estipulava um critério de dois delegados por milhão de habitantes³⁴. Mas tal não viria a acontecer; Portugal não viria a participar na organização em que a projectada Assembleia parlamentar seria integrada.

Uma tal Assembleia não era, decididamente, do agrado dos portugueses, a julgar pelos testemunhos que se manifestaram nos meios de expressão da opinião pública. As posições assumidas não passam, de um modo geral, da defesa da tese de uma solidariedade ocidental, no esquema da cooperação internacional, sem sacrifício de nenhum direito soberano. Qualquer outra hipótese de solução que vincule de uma forma estreita as nações europeias ou qualquer pretensão que tenda para um esquema de união universal são normalmente entendidas como ressaibos de ideologia, a destilar utopias fantasistas mais ou menos embebidas de doutrinas de importação, estranhas ao verdadeiro espírito da cultura ou da civilização cristã, ocidental e atlântica. Neste particular, Portugal é

³³ Carta, datada de 19/7/1948, de Duncan Sandys, Presidente do Comité Executivo do *Comité International de Coordination des Mouvements pour l'Unité Européenne*, e «Memorandum relatif à la convocation d'une Assemblée Européenne», MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

³⁴ *Diário de Notícias*, n.º 29644, de 26/8/1948, p. 1.

entendido como um país privilegiado e exemplar, não so porque detém uma notável posição geográfica como é portador de um capital histórico de paz, de evangelização e de intercâmbio e solidariedade multirraciais. Às grandes ambições irrealistas e perigosas Portugal deve opor pequenas realizações concretas e possíveis, que estimem e respeitem as tradições, a maneira de ser e a história dos povos; ao cansaço de soberania e à demissão fácil e derrotista de uma Europa doente e descrente, Portugal deve contrapor a força moral que lhe advém da sua existência multissecular e do seu amor arraigado ao solo pátrio que erigiu com vontade tenaz através da bruma do tempo. Nesta perspectiva, «Vale a pena insistir [escreve-se em editorial no *Diário de Notícias*, de 1 de Setembro]. Vale a pena arrostar com os cepticismos fáceis, com a mediocridade das ambições, com o pessimismo, que é a tácita aceitação da catástrofe. Vale a pena porque a questão é de vida ou de morte. A única esperança de salvação - fora do milagre, que já não pertence aos homens - está ali, está na criação de uma solidariedade europeia, politicamente organizada em factos e não em tropos inflamados. Só uma verdadeira *associação ocidental* que [...] não afecta a permanência das soberanias nacionais. Plano grandioso, construção difícil, empresa audaciosa. Mas para salvar a paz no Mundo, para salvar a civilização [...], não se deve ter medo das ideias, não se deve hesitar diante das dificuldades [...]. Simplesmente, para que a grande obra de uma verdadeira e possível unidade ocidental possa nascer [...], é mister arrancá-la das mãos dos fantoches da ideologia e dos cantores de serenatas parlamentares [...]. Portugal [...] pode e deve representar nessa obra de derradeira salvação ocidental o papel que lhe dão direito a sua posição geográfica, detentora de uma das chaves do Atlântico, a contribuição do seu enorme Império e do seu prestígio africanos, os seus títulos peninsulares, a sua fidelidade, sem desfalecimentos, aos grandes ideais do Ocidente e a autoridade de uma situação internacional incontestada [...]. Uma situação ocidental, que, sendo de perigos, é também de vantagens, colocamos na primeira fila da defesa do Ocidente - ontem, hoje, como amanhã. Desses haveres e direitos é mister que se mostrem conscientes os Portugueses - e neles é necessário que intemacionalmente se afirme Portugal»³⁵.

³⁵ *Ibidem*, n.º 29650, de 1/9/1948, p. 1.

Antonio Martins Silva

O perigo de uma possível incursão soviética no lado de cá da «cortina de ferro» tomara-se iminente para muitos espíritos, no Verão de 1948. A situação gerada pelo bloqueio de Berlim ocidental pelos soviéticos ameaçava de uma forma cada vez mais perigosa o choque entre o leste e o oeste, e a possibilidade de uma terceira guerra configurava-se como muito próxima. Não surpreende que muitos, mesmo os mais cépticos, julgassem, como única maneira de salvar o ocidente da ameaça soviética, ser indispensável uma unidade europeia sob qualquer forma. Em Portugal também a consciência da iminência da guerra se tornou cada vez mais viva e despertou vontades para a necessidade de se organizar a resistência. Mas à unidade da Europa apregoada além-fronteiras, sob a forma unionista ou federativa, prefere-se a ideia de uma «solidariedade ocidental», liberta dos excessos visionários proclamados em congressos internacionais e em declarações irresponsáveis e levianas. A unidade possível, a solidariedade desejável deve assentar numa consciência ocidental, sem empecilhos ideológicos, sem dependências partidárias, sem hegemonias de Estados nem exclusão de países, como se tem tentado fazer em relação à Espanha. A solidariedade ocidental, com a consciência que lhe é imanente, derivada do seu comum conteúdo geográfico e da sua partilhada herança civilizacional, tem de alicerçar-se, «sem pretensões absorventes», na defesa intransigente e no respeito «inatacável» dos direitos soberanos de cada Estado; mas tem de comportar também, «no terreno da defesa, uma reciprocidade de obrigações militares e, no terreno económico, uma cooperação sincera de recursos, sob a base de largos acordos aduaneiros e comerciais, de entendimentos monetários e de uma lógica e extensa valorização em comum de todas as capacidades nacionais». Só assim será possível fazer dessa solidariedade «uma força política e uma realidade internacional» que lhe permita constituir-se numa «terceira força, organizada entre as ambições, as irredutibilidades, as desconfianças e as ameaças dos dois gigantes imperialismos, anti e extra-europeus, que a guerra desencadeou no Mundo»; e que lhe possibilite, por essa via, «exercer aquela acção do equilíbrio indispensável para o restabelecimento de uma normalidade internacional». O êxito desta «unidade ocidental, capaz de modificar as condições da presente instabilidade da Europa e as precárias perspectivas da Paz, depende,

antes de mais nada, da forma por que for concebida e tentada» - forma essa que deverá ter na devida conta que a dita solidariedade ocidental só pode ser «praticamente organizada», não «fora do tempo e do espaço», mas, «sim, nos nossos dias e neste vale de lágrimas de uma Europa, onde os povos e os homens, com o seu passado e o seu presente, são o que são e não o que certos sujeitos, carregados de ideologias e ódios, querem que eles sejam»³⁶.

A sequência vertiginosa dos acontecimentos a leste contribuiu assim para que os portugueses fossem obrigados a encontrar uma forma de entendimento europeu ou ocidental, compatível com a natureza do regime e com a inabalável convicção do carácter intocável da soberania nacional. Esta consciência da necessidade de um estreito relacionamento solidário multilateral, envolvendo compromissos e sacrifícios inevitáveis, conduziu à defesa de posições que beliscavam a política de isolamento seguida até então e encorajavam a crítica a países que se refugiavam no comodismo da neutralidade. A Suíça, por exemplo, é alvejada com comentários nada elogiosos por repelir teimosamente «tudo o que receie poder contender a sua soberania e a sua neutralidade»: a esta atitude - escreve-se no *Diário de Notícias*, nos finais de 1948 - «podem opor-se, mais que nunca, reticentes reservas. O conceito de soberania é hoje um dos mais sujeitos a uma revisão, que os factos da vida internacional estão impondo de forma inelutável. Nenhum país, ao menos nominalmente, dela quer abdicar; mas muitos vão já compreendendo que a condicionam, e em alguns casos a limitam, os interesses de certas comunidades e ligas em formação e as necessidades superiores da salvação de uma cultura e de uma concepção de vida, a que não se pode renunciar. E a ideia da possibilidade de uma neutralidade, na hipótese de uma luta de formidável envergadura e de proporções perturbadoras, lá nos parece fantasia por demais optimista...»³⁷.

Portugal foi convidado a participar no Congresso Interparlamentar de Interlaken, juntamente com dezasseis outros países europeus, incluindo a Alemanha Ocidental³⁸; apenas compareceram delegações parlamentares de treze

³⁶ *Ibidem*, n.º 29656, de 7/9/1948, p. 1.

³⁷ Artigo de Armando Marques Guedes, *ibidem*, n.º 29757, de 19/12/1948, p. 1 e 6.

³⁸ *A Voz*, n.º 7707, de 30/8/1948, p. 6.

Antonio Martins Silva

Estados da Europa, e só doze aprovaram as resoluções que lá se tomaram. Tanto quanto se pôde averiguar nenhum deputado português esteve presente - o que não surpreende: sendo o parlamento português constituído por um único partido, desfavorável à união da Europa, não tinha que participar num congresso cujo objectivo manifesto e assumido era o de criar uma federação europeia.

Entre as deliberações finais da conferência destacam-se as seguintes: que o plano de acção aprovado - com vista à Federação dos Estados Unidos da Europa - fosse «enviado aos Presidentes dos Governos, aos Presidentes dos Parlamentos e aos Ministros dos Negócios Estrangeiros interessados, numa data que deverá ser simultânea»; que a resolução que faz parte do plano - e que propunha a convocação, para antes de 31 de Março de 1949 de uma Assembleia Europeia composta por membros escolhidos pelos parlamentos das nações participantes na OECE - fosse submetida ao Parlamento de cada delegação, o mais cedo possível, devendo os respectivos membros diligenciar no sentido de que fosse discutida; que cada delegação encarregasse as organizações competentes para se realizar, durante os três últimos meses do ano em curso, uma ou várias conferências, «tendo como oradores representantes de todas as classes de população, de todos os partidos, do comércio e da indústria, incluindo representantes dos sindicatos e dos empregadores, com vista a fazer-lhes conhecer o Plano e criar uma opinião pública favorável»; que o Conselho da União Parlamentar Europeia fosse convocado no mês de Dezembro de 1948 «com o objectivo de tomar conhecimento dos resultados [...] e de tomar todas as decisões necessárias»³⁹.

Com a situação política vigente em Portugal é evidente que tais iniciativas não poderiam ser empreendidas neste país. O Presidente da *União Parlamentar Europeia*, Georges Bohy, que presidiu também ao congresso, enviou directamente a Salazar, na conformidade do que lá se decidira, em 5 de Setembro, uma carta acompanhada dos documentos constitutivos do *Plano de Acção* aprovado em Interlaken. Solicitava-se nessa carta que o Presidente do Conselho

³⁹ In *Plan d'Action d'Interlaken pour la convocation immédiate d'une Assemblée Européenne ayant pour objet l'élaboration d'une Constitution des Etats-Unis d'Europe adopté par l'Union Parlementaire Européenne, le 4 Septembre 1948*, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

português levasse estes documentos ao conhecimento do Conselho de Ministros, na esperança de que o apelo que continha fosse «ouvido pelo Governo e de que este quisesse colocar-se entre os iniciadores desta unidade europeia que responde simultaneamente aos sentimentos dos povos e às realidades económicas e políticas mais prementes»⁴⁰. Algumas semanas mais tarde, a 27 de Setembro, o Secretário-geral daquele mesmo movimento, Richard Coudenhove-Kalergi, endereçará uma carta ao ministro de Portugal na Legação em Berna, César de Sousa Mendes, pedindo-lhe para transmitir ao governo português que «a União Parlamentar Europeia esperafva] poder organizar um Grupo Parlamentar Europeu em Portugal para se conseguir uma estreita colaboração entre Portugal e os outros grupos parlamentares, na Europa» e que, para esse efeito, lhe fossem indicadas «as personalidades com as quais a União Parlamentar Europeia deverá tomar contacto sobre este assunto». Sousa Mendes comunicou de imediato ao Ministro dos Negócios Estrangeiros estas pretensões, enviando uma cópia da referida carta de Coudenhove-Kalergi. Mas, tanto quanto se pôde saber, não houve por parte do executivo português qualquer resposta; a matéria em questão foi simplesmente “ignorada”. A carta de Sousa Mendes, dando conhecimento da de Coudenhove, anexa, contém esta nota manuscrita e rubricada: «Visto por S. Ex.^a o Ministro, que mandou arquivar. 20-10-48»⁴¹.

A imprensa é igualmente desfavorável à possibilidade de qualquer esquema de união europeia por via federativa; é expressivamente hostil ao projecto de Interlaken, na forma como foi concebido pelos representantes técnicos de cada um dos Estados do Pacto dos Cinco e aprovada pelo congresso, que se considera de visionária, «ingénua», «maliciosa», «inverosímil». Algumas das medidas propostas no dito plano, tais como a assunção por parte do governo federal da dívida de cada um dos Estados, são repudiadas com espanto e sarcasmo. Reproduzimos, a título ilustrativo, algumas passagens do editorial de um dos jornais diários com maior tiragem no país, a propósito das resoluções do referido congresso interparlamentar, no próprio dia em que este se concluíu:

⁴⁰ Carta, com data de 5/9/1948, endereçada por Georges Bohy, Presidente da União Parlamentar Europeia, a António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, acompanhada do *Plan d'Action d'Interlaken* [...], cit., MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

⁴¹ Carta da Legação de Portugal na Suíça, com data de 28/9/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

«A ideia duma união ocidental [...] ganha terreno [...]. Tornar-se-á presumivelmente um facto [...]. Mas esta eventualidade [...] encerra em si também graves perigos, entregue como está à flutuação e aos excessos das ideologias nacionais e internacionais. [...].

O projecto da pretendida união, conforme as notícias publicadas, parece que, além de conter a indicação dos órgãos executivo e legislativo do novo super-Estado, prevê a extensão dos seus poderes, a sua jurisdição e função políticas, abrangendo [...] “o domínio sobre serviços essenciais, como comunicações, saúde pública, imigração, alfândegas, moeda, etc.”. Considera-se, além disso, que os serviços de impostos e a fiscalização aduaneira passariam para a união, assim como o regime da dívida pública de cada um dos Estados, ficando “o Parlamento da União com a faculdade de legislar para os territórios ultramarinos”.

Lê-se isto e pasma-se que pela cabeça de cinco técnicos tenha passado, como uma concepção possível, mesmo em sonho duma noite de verão, à beira de um lago, esta peregrina imagem duma organização internacional destinada a, nestas bases, governar o Ocidente. Esta ideia de meter no mesmo saco as dívidas públicas de dezasseis Estados, e ainda os que vierem depois associar-se-lhes, misturando, para as mesmas responsabilidades, os encargos daqueles que não souberam administrar-se com os que, mais previdentes e à custa de sacrifícios nacionais, conseguiram ter as suas contas em ordem e iriam suportar depois, de motu-próprio, por livre consentimento, o peso do desleixo, da má administração, da incúria dos outros — esta ideia extraordinária, nascida à beira dum lago suíço, afigura-se-nos de tal maneira ingénua ou maliciosa que roça as fronteiras do inverosímil»⁴².

A posição crítica e de desconfiança da opinião pública portuguesa foi extensiva também a qualquer projecto de intenção universalista. A isso opôs a mesma teimosa defesa de um bloco ocidental ou atlântico, rejeitando qualquer forma de *universalismo*, por representar «uma concepção doutrinária e romântica [...], muito longe [...] de ser uma realidade ou perspectiva possível». As organizações mundialistas no passado (a Sociedade das Nações, «que Deus haja na sua santa glória») e no presente (a «Desorganização das Nações Desunidas») demonstraram que só «a constituição de afinidades regionais», baseada na pluralidade política e nas «solidariedades geográficas e restritas»

⁴² *Diário de Notícias*, n.º 19693, de 4/9/1948, p. 1.

têm hipótese de viabilidade efectiva: «Somos, certamente, um Povo de interesses e espírito universais. Mas não podemos ser (no sentido ideológico e vago dado a esta expressão) universalistas. [...]. A nossa política tem de ser intercontinental — e, pela comunidade dominadora da civilização, tem de ser ocidental. Tudo o que, no Mundo, é ocidental e marítimo — é nosso. São velhos caminhos, são velhos imperativos da nossa História [...]. Simplesmente, nesses caminhos, que há séculos palmilhamos, estamos habituados a andar pelo nosso pé. Pelo nosso pé desejamos continuar a andar, seguros de que, para nós, como para os outros, uma política internacional sólida só pode fundar-se em interesses nacionais sólidos e legítimos. O resto, salvo o devido respeito, afigura-se-nos um pouco estúrdia e guitarrada»⁴³.

Salazar proferira, em 25 de Novembro de 1947, um discurso no qual defendera a ideia de integrar economicamente a África na obra de fomento europeu, como forma de compensar a enorme insuficiência de recursos da estrutura económica continental, abalada e amputada; considerou que a Europa, «enfraquecida, empobrecida, desmoralizada» como estava, «não pode pensar, mesmo que se unisse sob pressão das circunstâncias, em resistir sozinha», mas que «possui condições suficientes para se restabelecer e reconquistar o seu lugar»; e acrescentou: «A Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália, as duas nações da Península Hispânica, para só falar dos agregados maiores, e sem esquecer o precioso contributo dos demais, se não venderem a sua alma nem deixarem abastardar as qualidades fundamentais do seu carácter, possuem as qualidades precisas para a recuperação. Mas há também condições materiais. Por feliz coincidência ou providencial disposição, os destinos de toda a África são solidários com a Europa do ocidente. [...] A Inglaterra, a França, a Bélgica, a Itália, Portugal e a Espanha têm, através de regimes políticos ou económicos diversos, a direcção efectiva e a responsabilidade do trabalho, progresso e bem-estar do continente africano. Uma política concertada de defesa e de valorização económica porá ao dispor do Ocidente produtos e riquezas que aumentarão de

⁴³ *Ibidem*, n.º 29744, de 6/12/1948, p. 1.

maneira assombrosa as suas possibilidades de vida e a sua contribuição para o intercâmbio mundial. A África é base suficiente para a política que se deseje fazer». E finalmente concluiu: «Será necessário alguma coisa de decidido e construtivo, se a Europa não quer demitir-se da sua posição: embora diminuída na relatividade das coisas, é ainda capaz de partilhar com o continente americano, filho do Ocidente e felizmente solidário com ele, as maiores responsabilidades»⁴⁴.

Outras declarações subseqüentes de figuras políticas de primeiro plano, na arena europeia, pronunciaram-se favoravelmente no mesmo sentido⁴⁵; as principais realizações, empreendidas em 1948, no âmbito da unidade europeia (os congressos da Haia e de Interlaken) aprovaram resoluções que associavam os territórios ultramarinos, mediante modalidades a analisar em cada caso, aos projectos de unificação da Europa. Portugal, como uma das potências coloniais, não poderia ficar indiferente a essas propostas: participaria nalgumas das iniciativas específicas sobre a matéria, reagindo energicamente sobretudo quando o sentido de determinadas medidas e intenções lhe não convinham de todo.

Uma dessas iniciativas foi a Conferência sobre os Territórios Ultramarinos da Europa Ocidental, que, na sequência do Congresso da Haia⁴⁶, se realizou em Amsterdão, entre 9 e 14 de Junho de 1948. Nela participaram delegados portugueses, entre os quais, o Comodoro Lopes Alves, cuja actuação - a julgar pelo teor do relatório da Legação Portuguesa na Haia, endereçado ao Governo - «causou excelente impressão nos restantes congressistas, nomeadamente britânicos». O objectivo fundamental da Conferência «foi dar unidade à acção das Potências coloniais europeias, procurando que a experiência de cada um

⁴⁴ A. O. Salazar, «Miséria e medo, características do momento actual», em 25 de Novembro de 1947, in *Discursos* [...], cit., p. 291, 293 a 295.

⁴⁵ Ernest Bevin, por exemplo, retomara, em Janeiro de 1948, essa ideia de associar à reconstrução ocidental da Europa a colaboração económica dos territórios coloniais, alargando-a ao Médio e ao Extremo Oriente, mais ou menos na linha dos interesses britânicos, e propusera uma reunião das potências coloniais para tratar do assunto {*Diário de Notícias*, n.º 29433, de 25/1/1948, p. 1.}.

⁴⁶ Na resolução política do Congresso da Haia declarava-se «que a União ou Federação deverá contribuir para assegurar o progresso económico, político e social e cultural das populações nos territórios que lhe estão associados no ultramar, sem prejuízo dos laços particulares que unem hoje estes países às nações europeias» (anexa ao ofº n.º 562/226, de 2/7/1948, enviado pela Legação de Portugal na Haia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A).

seja de utilidade para todos; acordando eventuais planos de conjunto na valorização dos territórios ultramarinos, com integração das suas riquezas na economia europeia; e tendendo para a formação de uma frente comum contra a incompreensão pela obra civilizadora, já realizada e a realizar. Creio não falsear a realidade [conclui o Ministro de Portugal naquela Legação] dizendo a V. Ex^a. que esta Conferência foi um resultado do Congresso europeu, e suponho que os contactos agora iniciados, a renovar em Maio de 49 em Lisboa, poderão ser de grande utilidade na preparação da opinião pública para as medidas que os Governos interessados venham a tomar»⁴⁷.

No projecto apresentado a discussão no Congresso de Interlaken propunha-se que o Parlamento da União tivesse a faculdade de legislar mesmo para os territórios ultramarinos, depois de tomar em consideração as aspirações da população desses territórios⁴⁸. No «Apelo aos Governos e Parlamentos da Europa», aprovado naquele congresso, declarava-se que «a Federação europeia só poderia ser forte e próspera se obtivesse a participação dos territórios, povos e nações que prolongam no ultramar certos Estados da Europa, que dependem destes ou que a estes estão associados, e cujo concurso deverá ser muito particularmente solicitado»; no «Enunciado dos princípios propostos à Assembleia Europeia para a Constituição de uma Federação Europeia», igualmente adoptado no congresso, estipulava-se que a Assembleia federal, à qual competiria o poder legislativo, designaria «uma Comissão para o estudo dos problemas particulares que poderá colocar a afiliação à União europeia de certos territórios ultramarinos, tendo em conta aspirações e necessidades das respectivas populações, e obrigações que são susceptíveis de assumir efectivamente»⁴⁹.

Num país tão apegado aos seus territórios ultramarinos e tão cioso dos seus direitos coloniais, como era Portugal, tais resoluções, mesmo que não passassem de meras propostas, não poderiam deixar de suscitar uma enérgica rejeição e acirrada resposta por parte do governo e, obviamente também, por parte da opinião pública:

⁴⁷ Of^o n.º 562/226, p. 10.

⁴⁸ *Diário de Notícias*, n.º 29691, de 2/9/1948, p. 5.

⁴⁹ In *Plan d'Action d'Interlaken* [...], cit., p. 2 e 8, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

«Segundo esse Plano [de Interlaken], a projectada União teria igualmente a faculdade de legislar para os territórios ultramarinos, “depois de tomar em consideração as aspirações desses territórios”. Como entre os dezasseis países ocidentais com que já se conta, sem falar dos que possam vir a associar-se a esta pródiga arrumação da Europa, existem apenas actualmente cinco que, em maior ou menor escala, possuem territórios ultramarinos, isto significaria que esses cinco países iriam entregar à maioria dos onze restantes a administração do seu património ou dos seus direitos de soberania - isto é, pura e simplesmente, alienar essa soberania.

Não. Pela nossa parte, não estamos por ora dispostos a entregar, de mão beijada, Angola ao Luxemburgo, nem Moçambique aos votos da Noruega - e fazemos a justiça de supor que a Inglaterra não estará igualmente disposta a entregar numa bandeja a administração do seu Império às decisões da Alemanha Ocidental, nem a Bélgica o Congo aos seus vizinhos do *Benelux*.

Talvez fosse bom fixarmos todos, antes de mais nada - e de uma maneira precisa -, que a União Ocidental ou Federação ou Império não significa espoliação e que a casa de cada um, enquanto existir, é a casa de cada um. Só depois disto bem entendido é que podemos entendermos. [...].

Cautela! Não arranjem um Projecto de União que venha a ser de Desunião Ocidental. Porque, no que diz respeito à desunião, a que há, louvado seja Deus, já chega»⁵⁰.

A posição portuguesa sobre esta matéria era clara. O Chefe do Governo tinha-a exposto, como dissemos, num dos seus discursos (e a ela se referiu noutros momentos) e a imprensa limitava-se, no essencial, a reproduzi-la de uma ou de outra forma, reivindicando sempre para Salazar a paternidade da ideia⁵¹. «O caminho está traçado [escreve-se no *Diário de Notícias*, a 25 de

⁵⁰ *Diário de Notícias*, n.º 19693, de 4/9/1948, p. 1.

⁵¹ «Cabe, incontestavelmente, a um espírito português - e esse título convém reivindicá-lo, agora que, a propósito de tudo, se fala tanto em *planos* - a honra de ter visto o problema ocidental na sua visão mais larga. A ideia de assentar as possibilidades da reconstrução ocidental da Europa numa colaboração económica dos países coloniais, sobre a base de um largo fomento dos territórios africanos, pertence a Salazar, que a lançou no seu notável discurso de Novembro último» (*Diário de Notícias*, n.º 29433, de 25/1/1948). Diga-se a propósito, para relativizar a reivindicada paternidade, que já Paul Reynaud, antigo Presidente do Ministério francês, apontara no mesmo sentido quando,

Janeiro de 1948]. A Euro-África é a grande possibilidade de uma Europa ocidental próspera e autónoma. Reduzida continentalmente, a Europa tem de se estender para as suas fronteiras atlânticas e mediterrâneas e terá de organizar, se quiser viver, a sua economia no sentido de uma vasta solidariedade ultramarina indo buscar aos imensos recursos da África o que, empobrecida, destruída, lhe falta nos seus limites continentais. O mar mais uma vez salvará a Europa. Portugal, que, primeiro, teve essa visão do problema, e a Inglaterra, que a lança agora, terão nessa congregação de esforços uma papel primacial. O segredo do êxito de uma unidade ocidental da Europa está na organização dessa frente económica africana. [...]. Europa ocidental supõe hoje a concepção económica de uma Euro-África, se a Europa, antes de se afundar, quer verdadeiramente sair, perante a América, das soluções da *escudela do convento*».

Lançava-se assim a «concepção de uma solidariedade ocidental a opor ao bloco oriental, construído por trás da *cortina de ferro* russa», assente numa larga cooperação intercontinental que tinha como um dos polos o auxílio de urgência prestado pelo Plano Marshall, que não é mais do que «uma transfusão de sangue», mas que teria de ter como sólido alicerce uma verdadeira articulação ultramarina: «Só assim a Europa escapará a ser - uma dependência asiática ou uma colónia americana»⁵². Defendeu-se, pois, a «ideia de uma Euro-África», como plataforma para a restauração económica do ocidente, ou seja, uma «associação ocidental» ou «solidariedade europeia», com uma ponte na «cooperação africana», que permitiria à Europa, mediante acordos económicos, colmatar a insuficiência dos seus recursos e, por essa via, autonomizar-se, organizar-se e interpor-se como numa terceira força em face dos dois

numa entrevista à *Reuter*, em 2/7/1945, defendera a criação de um bloco económico ocidental que incluiria os recursos da África, tendo afirmado: «Entre os dois blocos económicos dos Estados Unidos e da Rússia, a França e a Grã-Bretanha tomaram-se países cujo espaço económico é pequeno demais para prosperarem no Mundo, independentemente onde a produção em massa se tornou a lei suprema. Temos que constituir um bloco económico do ocidente, que fiscalizará praticamente todo o continente africano. Dentro desse bloco as condições de produção têm de ser semelhantes e as moedas dos países incluídos no bloco têm de estar relacionadas umas com as outras. Tem de ser estabelecida uma política para evitar grandes diferenças no custo da produção entre um país e outro dentro deste bloco» (*ibidem*, n.º 18515, de 3/7/1945, p. 5).

⁵² *Ibidem*, n.º 29433, de 25/1/1948, p. 1.

Antonio Martins Silva

imperialismos - o *yankee*, extra-europeu, e o russo, anti-europeu⁵³. Assim, a propósito da possibilidade dessa solidariedade europeia, baseada na dupla cooperação económica e militar, escreve-se no *Diário de Notícias*, no editorial de 1 de Setembro, o seguinte:

«Dentro dessa perspectiva ocidental há uma minoria de Estados que possuem o domínio de valiosos recursos ultramarinos, nomeadamente em África. Portugal ocupa, entre essas potências, um primeiro lugar, e a ideia de constituição de uma frente euro-africana, como base da restauração de um equilíbrio económico europeu, sobretudo em matérias primas e abastecimento alimentares, nasceu entre nós. O primeiro que a enunciou foi Salazar. Mas essa coordenação de esforços coloniais só será possível numa realização sincera, desprovida de qualquer ideia de intromissão ou absorção, entre as nações do Ocidente com interesses e direitos coloniais. Ninguém está disposto a fazer o cordeiro da fábula. Tudo isto será susceptível de realização, com os órgãos consultivos ou executivos adequados - se verdadeiramente se quiser chegar de boa-fé, entre gente responsável, a realizá-lo. Mas será preciso, para isso, falar menos e agir mais»⁵⁴.

Conclusão

Como escrevemos num outro trabalho, Portugal acompanhou, ao nível do governo e da opinião pública, o movimento em prol da unificação europeia, que evoluiu das meras declarações e manifestação de vontades do imediato pós-guerra para os grandes empreendimentos de 1948. Foi neste ano que as concorrentes iniciativas colectivas, estimuladas pela crescente pressão do conflito que opunha o ocidente e o leste europeus, culminaram na realização de congressos internacionais de grande vulto, como foi o que teve lugar na Haia de 7 a 10 de Maio de 1948; conduziram ainda à reestruturação, ao reforço e ao estabelecimento de associações diversas que gravitavam em torno da unidade europeia, com elos, delegações ou comités de representação em vários países:

⁵³ *Ibidem*, n.º 29650, de 1/9/1948, p. 1.

⁵⁴ *Ibidem*, n.º 29656, de 7/9/1948, p. 1.

foi o caso do *Movimento europeu*, saído da vontade de unidade manifestada naquele congresso e como resultado da convergência e da filiação de outros movimentos já existentes. Portugal esteve atento, como se disse, a este processo, tendo sido publicamente informado pela imprensa e oficialmente esclarecido pela sua rede diplomática. Tomou posição, mas não se envolveu directamente, nem na participação nos grandes congressos nem no envio de representantes para os organismos que entretanto iam sendo projectados. Embora se manifestassem sensibilidades diferentes nas opiniões emitidas pelos meios de comunicação social portugueses, a verdade é que, no essencial, elas não se afastaram sugestivamente da posição oficial do regime nem se traduziram em iniciativas concretas coincidentes com os propósitos proclamados e os projectos decididos nas grandes instâncias europeias. E os menos interessados pareceram ainda, a julgar pela relativa indiferença dos órgãos que lhes eram afins, os que, na linha da tradição democrática e republicana, constituíam a oposição ao regime salazarista na perspectiva que convinha ou que se assemelhava às correntes políticas e partidárias que na Europa apoiavam e sustentavam os movimentos de unificação⁵⁵. Para não suscitar melindres com o aliado comunista no combate ao mesmo inimigo interno comum ou por qualquer outro motivo, de convicção ou de inoportunidade, a verdade é que o silêncio da oposição democrática em relação à problemática da unidade europeia foi visivelmente notado; nos raros casos em que foi transgredido, o sentido das opiniões timidamente manifestadas aproximou-se da posição pública corrente em Portugal, se é que não tendeu mesmo a colar-se, no essencial, ao discurso do poder.

Rejeitando tudo quanto pudesse envolver riscos de perda de soberania ou de sujeição a formas políticas estandardizadas, supostamente impostas de fora, os portugueses consideraram, todavia, ser inelutável uma forma mínima de unidade ocidental para fazer face aos perigos de uma tempestade bélica cujas espessas nuvens se acastelavam a leste com rapidez vertiginosa. Perante o perigo

⁵⁵ Enquanto a Espanha, por exemplo, se fez representar no Congresso da Haia por Salvador Mandariaga, que presidiu à respectiva comissão cultural, por Indalecio Preto, chefe republicano, e por outros espanhóis exilados, a oposição democrática portuguesa não enviou, estranhamente, qualquer representante.

asiático, comunista, anti-europeu, é a sobrevivência da civilização europeia, à qual Portugal pertence e para a qual contribuiu com elementos indestrutíveis, que é posta em causa. Não pode, por isso, ficar alheio e indiferente face ao inimigo, porque é a própria independência da Nação que pode ficar comprometida; e, se numa primeira fase, bastava combatê-lo sem tréguas internamente, dentro da própria casa, tal não parece ser suficiente numa etapa posterior - e a necessidade de congregar esforços coordenados, ao nível ocidental ou europeu, tendeu a tomar-se cada vez mais inelutável. A solidariedade ocidental ou a unidade europeia, envolvendo compromissos e sacrifícios, toma-se, pois, desejável, mas num esquema que convenha a Portugal: com respeito escrupuloso pelos direitos soberanos inalienáveis e pela legítima posse e gestão dos territórios ultramarinos, e com salvaguarda da pluralidade de formas de organização política e social; ou seja, sem vínculos supranacionais nem intromissões no funcionamento orgânico interno de cada Estado nem agressões aos respectivos direitos territoriais.

A posição geo-estratégica de Portugal, a neutralidade colaborante com os Aliados na última fase da guerra, a forma “suave” do autoritarismo do regime (considerada em muita imprensa estrangeira como *semi-fascistá*), entre outras possíveis razões, valeram-lhe, ao contrário da vizinha Espanha, poder ser considerado como país passível de participar nas várias formas de concertação que iam emergindo ou sendo propostas e esboçadas na Europa. O facto de ter aderido ao Grupo dos Dezasseis (que se constituiu como resposta ao Plano Marshall), de se ter tomado membro dos organismos dele resultantes (Conselho de Cooperação Económica, Grupo de Estudos para a União Aduaneira Europeia) e de ter assinado a convenção que criou a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) permitiu-lhe ser convidado para as várias realizações públicas internacionais que iam tendo lugar no âmbito da unidade europeia (congressos e reuniões diversas); possibilitou-lhe também ser proposto como país a integrar as várias organizações que iam sendo projectadas (Pacto Ocidental, Conselho da Europa, Assembleia Parlamentar Europeia), apesar de ser condição necessária a vigência de regime democrático e a aceitação dos princípios enunciados pela declaração dos direitos do Homem redigida pela ONU. Contudo,

por obstinada desconfiança, por medo de envolvimento e mesmo por tacanhez de vistas - ao ponto de, muitas vezes, deixar andar à deriva o seu corpo diplomático, que, louvavelmente, tentava sair de situações delicadas da forma mais airosa possível -, Portugal não esteve à altura de poder aproveitar estas oportunidades. Defendeu com insistência a integração da Alemanha e, em particular, da Espanha no concerto ocidental, mas foi, por sua vez, ficando de fora, numa modorra de isolamento e de egotismo, atento mas distanciado de tudo o que fora iniciativa exclusivamente europeia, no âmbito da ideia de Europa, neste pós-guerra, de 1945 a 1948.